



Estudo conclui que áreas de várzeas do Piracicaba estão degradadas

Levantamento de sub-bacia constata falta de consciência, conhecimento e educação

O resultado de um estudo do Instituto Agrônomo (IAC-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, realizado em parceria com a Esalq-USP e a PUC de Campinas apontou que não há mais áreas de várzea, ru-

ral ou urbana, preservadas na sub-bacia do rio Piracicaba. Sobre os impactos ambiental e sócio-econômico da degradação das áreas de várzeas, o estudo constata falta de consciência, conhecimento e educação.

‘Não há áreas preservadas na sub-bacia’

Conclusão está em estudo do Instituto Agrônomo em parceria com a Esalq e PUC em mais de 230 pontos de áreas de várzea

Não há mais áreas de várzea, rural ou urbana, preservadas na sub-bacia do rio Piracicaba. A definição é o resultado de estudo do Instituto Agrônomo (IAC-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, realizado em parceria com a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (Esalq-USP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas.

Com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), os pesquisadores percorreram cada área de várzea, desde Americana (onde começa o rio Piracicaba, formado pelos rios Jaguari e Atibaia) até Dois Córregos e Anhembí (onde o Piracicaba deságua no Tietê). Foram mais de 230 pontos de áreas de várzea, “num trabalho de fôlego que durou mais de dois anos”, conta Rinaldo de Oliveira, coordenador do projeto.

Sobre os impactos ambiental e sócio-econômico da degradação das áreas de várzeas, o estudo constata falta de consciência, conhecimento, educação e preocupação com a importância das várzeas, por parte do homem rural, do meio urbano e até mesmo do poder público. Também aponta a ausência de várzeas ecologicamente efetivas, que resulta na “diminuição ou extinção gradativa da população e de espécies de peixes, como já atestam vários

córregos, ribeirões e trechos do rio Piracicaba”.

Nas zonas urbanas, a ocupação desordenada das áreas de várzea destrói habitats fundamentais para o equilíbrio ecológico dos corpos hídricos e, em contraponto, sofrem hoje as consequências de desastres e tragédias hidrológicas, como as cheias, alerta o estudo. Na zona rural, o pasto e a cana-de-açúcar ocupam grande parte das atuais (e já extintas) várzeas na sub-bacia. “A destruição do habitat, degradação de nascentes (diminuindo, ainda mais, a produção de água) e contaminação dos corpos d’água por produtos químicos são algumas das consequências desastrosas.”

Entre as sugestões, o estudo propõe, de imediato, “um controle e aprimorado planejamento da intensa exploração de areia no baixo Piracicaba, justamente no único trecho mais preservado da sub-bacia, considerado um paraíso ecológico, abrigando inúmeras espécies de aves, mamíferos e répteis, incluindo alguns em extinção, como o jacaré-do-papo-amarelo. Como todas as várzeas da sub-bacia degradadas, esta área pode estar sendo o principal, senão o único, nicho de reprodução de espécies de peixes dependentes das bacias de inundação”.

Em relação aos problemas de gestão pública, o trabalho cita “a grande ignorância quanto à impor-



O levantamento analisou áreas de Americana, onde forma o rio Piracicaba, até Dois Córregos, onde deságua no Tietê

tância das várzeas para o meio ambiente”, falta de políticas específicas para promover o desenvolvimento sustentável dessas áreas; falta de informações básicas sobre a várzea-ecossistema, uso do solo, aspectos sócio-econômicos, fundiários e legais entre outros; falta de estratégia de exploração sustentável para o ecossistema várzea e deficiência do sistema de monitoramento e controle.

“As práticas atuais de uso dessas áreas não são planejadas”, diz Rinaldo Calheiros, a respeito da falta de estratégia de exploração sustentável. “Há pouquíssimos estudos a respeito das consequências ambientais do aproveitamento agrícola das terras baixas. Na área agrícola, apesar de possuírem reconhecido potencial agrônomo, a ‘agricultura de várzea’

passa por sucessivas e recorrentes crises, como é o caso do arroz, condicionando essa prática agrícola a manter-se sem sistemas produtivos alternativos de menor impacto ambiental, baixa rentabilidade e ausência de mercados para a sua produção.”

Hoje, o “ecossistema está ameaçado pela destruição de habitats, pesca não sustentável e exploração madeireira predatória”, continua. “A destruição do habitat, especialmente com a remoção da cobertura florestal para implantação de áreas com gado e cana, reduz a oferta de alimento e abrigo para inúmeros animais e plantas, afetando severamente toda a cadeia produtiva do ecossistema aquático de água doce.” (José Venâncio de Resende, da Assessoria de Comunicação Social da APTA)